

Art. 6º Os servidores designados nesta Portaria atuarão sem prejuízo das atividades desenvolvidas em suas respectivas unidades de exercício, ressalvado o período de exercício da atribuição prevista no art. 2º, alínea “e”, desta Portaria.

Parágrafo único. A atividade de revisão, prevista no art. 2º, alínea “c”, desta Portaria, será realizada em até 5 (cinco) dias úteis a contar da entrega da instrução técnica pelo servidor.

Art. 7º Esta Portaria entra em vigor a partir de 05/04/2024, com vigência até 30/06/2024.

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO CEARÁ, em Fortaleza, 04 de abril de 2024.

Conselheiro Rholden Botelho de Queiroz
PRESIDENTE

ANEXO ÚNICO - PORTARIA Nº 227/2024

| Nº | Setor | Matrícula | Nome do Servidor |
|----|--|-----------|-------------------------------------|
| 1 | Assessoria de Informações Estratégicas e Operações Especiais | 1656-4 | Márcio Bezerra de Menezes Serpa |
| 2 | Diretoria de Atos de Registro I | 1413-3 | Luiz Eduardo da Silva Albuquerque |
| 3 | Diretoria de Atos de Registro II | 0252-2 | Raimunda Cláudia da Costa Guerreiro |
| 4 | Diretoria de Atos de Registro III | 1776-9 | José Alan de Sousa |
| 5 | Diretoria de Contas de Gestão I | 1375-6 | Marcos Henrique Almeida Cordeiro |
| 6 | Diretoria de Fiscalização de Atos de Gestão II | 1388-5 | Raquel Carneiro Coelho |
| 7 | Assessoria de Instrução de Cautelares | 1635-1 | André Alves Pinheiro |
| 8 | Diretoria de Instrução de Recursos e Consultas | 1968-3 | Morganna de Sousa Cavalcante |

*** **

PORTARIA Nº 228/2024

Cria o Grupo de Trabalho de Celeridade de Instruções – Produção e Fiscalização, no âmbito das Unidades Técnicas da Secretaria de Controle Externo.

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO CEARÁ, no uso de suas atribuições legais e regimentais, notadamente as previstas no art. 78 da Lei Orgânica do Tribunal (Lei nº 12.509/1995);

CONSIDERANDO a importância de assegurar o alinhamento da atuação do controle externo exercido pelo Tribunal de Contas do Estado do Ceará às suas competências estabelecidas na Lei nº 12.509 de 06 de dezembro de 1995, atualizada pela Lei nº 16.819 de 08 de janeiro de 2019;

CONSIDERANDO a estrutura e as funções da Secretaria de Controle Externo (SECEX) e suas unidades, delineadas pela Resolução Administrativa nº 8/2019, publicada no DOE-TCE/CE de 26/08/2019, e suas atualizações;

CONSIDERANDO que, de acordo com o artigo 35 da Lei nº 16.920/2019, publicada no DOE/CE de 28 de junho de 2019, compete exclusivamente ao Presidente deste TCE/CE a atribuição e o arbitramento da Gratificação por Execução de Trabalho Relevante, Técnico ou Científico (GTR), de que tratam os artigos 132, inciso IV, e 135, da Lei nº 9.826/1974, observados os parâmetros das hipóteses fáticas e dos limites fixados no Anexo X da Lei nº 16.920/2019;

CONSIDERANDO ser relevante estabelecer forma de organização das atividades e funcionamento da SECEX em unidades com maior quantidade de servidores e processos instruídos para revisão da chefia, observando o atendimento aos padrões de qualidade estabelecidos pelo Tribunal;

CONSIDERANDO a necessidade de aprimorar a atuação das unidades técnicas desta Corte de Contas, consoante o mister de manter a qualidade, eficiência, continuidade e celeridade no serviço público prestado,

RESOLVE:

Art. 1º Instituir o Grupo de Trabalho de Celeridade de Instruções – Produção e Fiscalização, no âmbito das unidades técnicas da Secretaria de Controle Externo (SECEX), com o objetivo principal de prestar suporte gerencial e promover maior celeridade nas instruções processuais.

Art. 2º Designar os servidores relacionados no Anexo Único desta Portaria para compor o Grupo de Trabalho de que trata o art. 1º, com as seguintes atribuições:

- a) prestar suporte gerencial com o fito de favorecer o bom desempenho das atividades técnicas da unidade onde estão lotados, em apoio à chefia;
- b) participar do planejamento operacional da unidade, auxiliando a elaboração de documento contendo, no mínimo, as demandas, os números dos processos, os prazos de conclusão, as complexidades e as pontuações a serem atribuídas às instruções que serão produzidas por servidor;
- c) promover a celeridade da atividade de instrução, garantindo o atendimento aos padrões de qualidade estabelecidos e a adequação das pontuações atribuídas aos documentos produzidos;
- d) atuar na atividade de instrução processual, conforme demandado pelo chefe de setor.

Art. 3º Os participantes do Grupo de Trabalho farão jus ao valor da Gratificação por Execução de Trabalho Relevante, Técnico ou Científico (GTR) na forma do Anexo X da Lei nº 16.920/2019, publicada no DOE/CE de 28 de junho de 2019.

Art. 4º Os servidores participantes do Grupo de Trabalho ficam obrigados ao cumprimento do regime de trabalho de 8 (oito) horas diárias e 40 (quarenta) horas semanais, consoante fixado pelo §2º do art. 35 da Lei nº 16.920/2019.

Art. 5º Os gestores das unidades técnicas deverão enviar mensalmente à Secretaria de Planejamento, Monitoramento e Avaliação da SECEX, por meio de CI eletrônica, sempre no segundo dia útil do mês subsequente ao mês avaliado, relatório contendo as atividades de apoio gerencial desempenhadas pelo servidor do Grupo de Trabalho, devendo indicar os processos que foram por ele revisados e a pontuação a que fez jus.

§ 1º A Secretaria de Planejamento, Monitoramento e Avaliação realizará o registro no sistema de acompanhamento da produtividade da pontuação relativa às atividades desempenhadas, com base nos relatórios apresentados pelos gestores, após a devida análise.

§ 2º A Secretaria de Planejamento, Monitoramento e Avaliação elaborará a avaliação mensal de desempenho dos participantes do grupo de trabalho, propondo a SECEX as medidas necessárias para substituições quando restar evidente que os resultados esperados não serão atingidos.

Art. 6º Os servidores designados nesta Portaria atuarão sem prejuízo das atividades desenvolvidas em suas respectivas unidades de exercício.

Art. 7º Esta Portaria entra em vigor a partir de 05/04/2024, com vigência até 30/06/2024.

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO CEARÁ, em Fortaleza, 04 de abril de 2024.

Conselheiro Rholden Botelho de Queiroz
PRESIDENTE

ANEXO ÚNICO - PORTARIA Nº 228/2024

| Nº | Setor | Matrícula | Nome do Servidor |
|----|-----------------------------------|-----------|-------------------------------------|
| 1 | Diretoria de Atos de Registro I | 1578-5 | André Renê Silva Lima |
| 2 | Diretoria de Atos de Registro I | 0969-2 | Vanilda Lima Monteiro Machado |
| 3 | Diretoria de Atos de Registro I | 1611-7 | Henrique Manfio Leme de Campos |
| 4 | Diretoria de Atos de Registro II | 2004-4 | Isabel Cristina Saboia |
| 5 | Diretoria de Atos de Registro III | 1552-7 | Mariana Torres Lima Vieira Pinheiro |
| 6 | Diretoria de Atos de Registro III | 1701-8 | Edivanir Alves Brito Gondim |
| 7 | Diretoria de Contas de Gestão I | 1528-5 | Tathiane Lima da Silva Noronha |
| 8 | Diretoria de Contas de Gestão II | 1565-6 | José Feliciano Sobrinho |
| 9 | Diretoria de Contas de Gestão II | 1735-0 | João Batista dos Santos Silva |
| 10 | Diretoria de Contas de Gestão III | 1598-1 | Manuel de Araripe Lopes Neto |
| 11 | Diretoria de Contas de Gestão III | 1655-7 | José Ribeiro dos Santos |
| 12 | Diretoria de Contas de Gestão IV | 1579-2 | Ana Patrícia Pierre Lima |
| 13 | Diretoria de Contas de Gestão IV | 1710-9 | Clóvis Freitas de Almeida Júnior |

| | | | |
|----|---|--------|----------------------------------|
| 14 | Assessoria de Instrução de Cautelares | 1600-2 | Marx Weber Ferreira Barbosa |
| 15 | Diretoria de instrução de Recursos e Consultas | 1960-7 | Natália Daher Barbosa Freire |
| 16 | Diretoria de Fiscalização de Temas Especiais I | 1044-8 | Daniel do Vale Dantas |
| 17 | Diretoria de Fiscalização de Temas Especiais II | 1559-6 | Ricardo Pessoa de Carvalho |
| 18 | Diretoria de Fiscalização de Atos de Gestão I | 1605-7 | Raimundo Weliton de Lacerda Lima |
| 19 | Dir. de F. de Obras, S. de Eng. e Meio Ambiente | 1672-2 | Wanda Gomes de Oliveira Murta |
| 20 | Dir. de F. de Obras, S. de Eng. e Meio Ambiente | 1547-4 | Arielton Fonteles Araújo |

*** **

CORRIGENDA

No Diário Oficial/TCE-CE – Ano 11 – Nº 60, fls. 1 e 2, que disponibilizou no dia 02/04/2024 e publicou no dia 03/04/2024 a Portaria nº 207/2024, constante no Processo nº 07252/2024-5-TC, **onde se lê:** “no dia 04/04/2023”, **leia-se:** “no dia 04/04/2024”.

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO CEARÁ, em Fortaleza, 04 de abril de 2024.

Silvânia de Oliveira Chaves Brilhante
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO

*** **

TRIBUNAL PLENO**ACÓRDÃO****ACÓRDÃO Nº 296/2024****PROCESSO Nº:** 35148/2023-0**NATUREZA:** AGRAVO EM REPRESENTAÇÃO**ENTE:** ESTADO DO CEARÁ**ENTIDADE:** COMPANHIA DE ÁGUA E ESGOTO DO CEARÁ**EXERCÍCIO FINANCEIRO:** 2023**RECORRENTE/INTERESSADA:** EMPRESA STEELMAST METALÚRGICA LTDA**RESPONSÁVEL:** NEURISÂNGELO CAVALCANTE DE FREITAS (DIRETOR-PRESIDENTE DA CAGECE) **ADVOGADA:** BEATRIZ ALBINO DIAS (OAB/PR Nº 103.269)**RELATORA:** CONSELHEIRA PATRÍCIA SABOYA**SESSÃO DE JULGAMENTO:** PLENO VIRTUAL DE 29 DE JANEIRO A 02 DE FEVEREIRO DE 2024

EMENTA: AGRAVO. MEDIDA CAUTELAR. REPRESENTAÇÃO. 1. O INTERESSE RECURSAL, PRESSUPOSTO INTRÍNSECO DO RECURSO, CONSUBSTANCIA-SE NA NECESSIDADE QUE A